



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

Lei nº 839/2016, de 29 marços de 2016.

Dispõe sobre a criação da
COMPDEC – Coordenadoria
Municipal de Proteção e Defesa
Civil, do Município de Capela e dá
outras providências.

O Prefeito Municipal de Capela/AL, no uso de suas atribuições legais, encaminha projeto de lei que dispõe sobre:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, Unidade Gestora da estrutura administrativa municipal, órgão ligado diretamente ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo e a Secretaria de Assistência Social ou seu eventual substituto, com a finalidade de desenvolver em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Fica criado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC

§ 1º - A SIMPDEC é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública Municipal, do Estado e Governo Federal pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil.

§ 2º - A SIMPDEC tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil.

§ 3º. O SIMPDEC será gerido pelos seguintes órgãos:

- I - Órgão Consultivo: COMPDEC – Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil
- II - Órgão Central: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, definido em ato do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de coordenar o sistema;
- III - Os órgãos municipais de proteção e defesa civil; NUPDE'S Núcleos de Proteção e Defesa Civil.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

§ 4º - Poderão participar do SIMPDEC as organizações comunitárias de caráter voluntário ou outras entidades com atuação significativa nas ações locais de proteção e defesa civil.

Art. 3º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º - A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

§1º - Os órgãos integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, no âmbito de competência municipal e da sua área de atuação, por meio do desenvolvimento de trabalho integrado, responsabilizar-se-ão por todo assunto e toda ocorrência referente à Proteção e Defesa Civil, conforme determinação da legislação vigente e em particular:

§2º - Fica criado o CNPJ próprio da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, para fazer face às exigências legais do cartão de Pagamento da Defesa Civil Nacional (Ministério da Integração Nacional) que será gerenciado pelo Coordenador Municipal de Proteção e defesa Civil.

Art. 4º - São atividades da COMPDEC:

I - Coordenar e executar as ações de defesa civil;

II - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à defesa civil;

III - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de defesa civil;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

- IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
- V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- VI - Capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil;
- VII - Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de defesa civil;
- VIII - Propor à autoridade competente a declaração de situação de emergências e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo COMPDEC – Conselho Nacional de Defesa Civil;
- IX - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;
- IX - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- X - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
- XI - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- XII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- XIII - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;
- XIV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;
- XV - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- XVI - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);
- XVII - Promover mobilização social visando a implantação de NUDEC – Núcleos Comunitários de Defesa Civil, nos bairros e distritos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

Art. 5º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 6º - A COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 7º - A COMPDEC compor-se-á de:

I - Coordenador;

II - Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

III - Secretaria;

IV - Setor Técnico;

V - Setor Operativo.

VI - Unidade Gestora - UO

Art. 8º - A Coordenação da COMDEC, será exercida por um:

I - Coordenador Geral - Cargo de Provimento em Comissão, simbologia CC-2.

II - Coordenador Adjunto - Cargo de Provimento em Comissão, simbologia CC-3.

Parágrafo Único - Quando os cargos de Coordenador Geral ou de Coordenador Adjunto for exercido por servidor do quadro efetivo ser-lhe-á atribuído gratificação de até 70% (setenta por cento) do valor de seu salário base.

Art. 9º - Compete ao Coordenador da COMDEC:

I - Administrar o órgão e definir a execução de atividades de forma a atingir os objetivos definidos;

II - Assessorar o Prefeito Municipal, nos assuntos que lhe forem pertinentes, a fim de subsidiar o processo decisivo;

III - Decidir sobre a colaboração e coadjuvação, diretamente ou através dos órgãos subordinados, quando for oportuno, respeitados que lhe forem legais impostos para sua atuação, com os trabalhos dos órgãos de defesa civil;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

IV - Buscar ou determinar a busca de subsídios que embasem as ações de defesa civil no município, junto aos órgãos governamentais, não governamentais e da sociedade em geral;

V - Instar para que seja mantida a as ações preventivas, de forma a garantir que as atividades da cidade ocorram de forma segura;

VI - Definir ações que visem à melhoria da defesa civil no Município;

VII - Coordenar e orientar os serviços dos órgãos subordinados a fim de que atinjam os objetivos das diretrizes de defesa civil já definidos;

Parágrafo Único – Compete ao Coordenador Adjunto auxiliar e ou substituir o Coordenador Geral em suas atribuições.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 07 (sete) membros, pelos seguintes representantes:

I - Um representante da Câmara Municipal dos Vereadores;

II - Um representante da Polícia Civil;

III - Dois representantes do Poder Executivo;

IV - Dois representantes de Órgãos Não Governamentais, dentre aqueles cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social;

V - Um representante da Polícia Militar

§ 1º. A indicação para o cargo de Presidente será de escolha do Conselho, sendo eleito um de seus membros.

§ 2º. O preenchimento dos demais cargos - Vice-Presidente, Secretário e seus respectivos suplentes - será realizado através de eleição direta ou por aclamação em reunião com a comunidade.

Art. 11 - Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, cuja função é de interesse público e sem remuneração.

Art. 12 - À Secretaria compete:

I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades.

II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA

Art. 13 - Ao Setor Técnico compete:

- I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- II. Implantar programas de treinamento para voluntariado;
- III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

Art. 14 - Ao Setor Operativo compete:

- I. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
- II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

Art. 15 - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 16 - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 17 - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 18 - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar para fazer jus as despesas com a presente lei

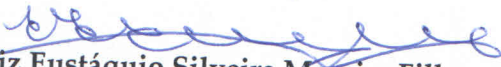
Art. 19 - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal baixar os atos normativos que se fizerem necessários para regulamentação da presente lei.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA


Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capela/AL, 29 de março de 2016


Luiz Eustáquio Silveira Moreira Filho
Prefeito

Certifico que a presente Lei foi Publicado no Mural afixado no átrio da Prefeitura Municipal de CAPELA/AL, situada na Rua Pedro Paulino, 334, Centro, Capela, Alagoas, para conhecimento dos munícipes, conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

Em 29 de março de 2016


José Cícero Toledo Acioli
Secretaria Adjunto de Administração